



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

EDITAL N. 028/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO, DE 24 DE MARÇO DE 2026.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - UASG 925006
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0007335-69.2025.8.22.8000
MENOR PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90028/2026				
Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 12/05/2026, às 09:30h (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br			Limite para esclarecimentos e impugnações ao Edital: 06/05/2026.	
Objeto:				
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de planejamento, assessoramento e execução da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.				
Valor Total Estimado:				
R\$ 218.918,01 (duzentos e dezoito mil novecentos e dezoito reais e um centavo).				
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Intervalo mínimo de entre lances	
(x) não	(x) Não necessária	(x) Aberto	(x) R\$ 0,01	
Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserva ME/EPP?	Cota	Ampla Concorrência?	Prioridade ME/EPP local ou regional?
(x) não	(x) não	(x) sim	(x) não	Exige amostra/demonstração?
Telefone para contato:			e-mail para contato:	
(69) 3309-6652			licitacoes@tjro.jus.br	
Observações Gerais:				
<p>- Tendo em vista a ausência de descrições idênticas de alguns itens, por ocasião do cadastramento junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (CATMAT), os mesmos foram cadastrados com descritivos similares, todavia, para cadastramento da proposta, deve-se observar e atender aos descritivos constantes no ANEXO III - Termo de Referência e ANEXO I - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances.</p> <p>- Após a fase de lances as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço atualizado e os documentos de habilitação exigidos no Edital, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a).</p> <p>- Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados serão encaminhados pela licitante, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a).</p>				



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

1. PREÂMBULO

1.1. O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO)**, doravante denominado **Tribunal**, **TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO**, na **forma ELETRÔNICA**, tipo menor preço, execução indireta, sob o regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO** tendo por finalidade a qualificação de **EMPRESAS** e a seleção de propostas, sendo regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, pela Lei Complementar n. 123/2006 e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes, segundo as condições e especificações deste Edital e seus Anexos.

1.2. DO OBJETO

1.2.1. **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de planejamento, assessoramento e execução da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.**

1.3. DA SESSÃO DE DISPUTA

SESSÃO PÚBLICA DA DISPUTA: **09:30h do dia 12/05/2026 (horário de Brasília)**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br

2. DA AUTORIZAÇÃO

2.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas deste Tribunal, conforme Processo Administrativo n. 0007335-69.2025.8.22.8000.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei n. 14.133/2021; e
- b) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei n. 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar n. 123/2006](#) e do Decreto n. 8.538/2015.

3.3. Somente para as licitantes cadastradas como microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a) que não ultrapassou os limites de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar;
- b) nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame; e
- c) nos itens não exclusivos, a manifestação no campo “não” apenas produzirá o efeito se a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n. 123/2006, mesmo sendo qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4. Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte quando o valor estimado da contratação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme art. 4º, § 1º, da Lei n. 14.133/2021.

3.5. Não será permitida a participação de empresa em consórcio, uma vez que o objeto em questão apresenta ampla competitividade no mercado e não apresenta complexidade técnica ou econômica que exija a união de esforços de múltiplas empresas para o cumprimento das obrigações contratuais.



4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 218.918,01 (duzentos e dezoito mil novecentos e dezoito reais e um centavo)**.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral do SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

5.3. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PROCEDIMENTO DESTA PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. Do envio da proposta pelo sistema eletrônico

6.1.1. A licitante credenciada interessada em participar deste Pregão Eletrônico deverá enviar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo considerada inválida a proposta apresentada por meio diverso.

6.1.2. Após acessar o sistema, o representante credenciado inserirá sua proposta inicial informando o **valor unitário** e o **valor total** proposto para cada item ofertado, em moeda nacional, com DUAS casas decimais, sem pontos e com vírgulas, para o objeto deste Edital até a data e horário previstos em seu Preâmbulo e, ainda, em campo próprio do sistema manifestar-se sobre todas as declarações exigidas.

6.1.2.1. É vedada a cotação parcial de itens, de quantidade inferior à demandada nesta licitação e de preços unitários distintos para o mesmo item licitado, independentemente da localidade de entrega.

6.1.3. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados...) devem estar inclusas nos preços cotados.

6.1.4. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo a licitante ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo Descrição Complementar.

6.1.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.1.6. A licitante terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não tenha encerrado o período de tempo previsto para o seu encaminhamento. Uma vez abertas as propostas, o sistema não permitirá a retirada, alteração e/ou encaminhamento de nova



proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

6.1.7. No caso de haver divergência entre a descrição do código do serviço no aviso do COMPRAS.GOV.BR e o disposto nos Anexos deste Edital (Especificações), a licitante deverá obedecer ao que está disposto nestes Anexos.

6.2. Da abertura e do critério de julgamento da proposta

6.2.1. Na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital serão abertas as propostas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar sua aceitabilidade, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.2. O(A) Pregoeiro(a) efetuará o julgamento das propostas pelo critério **MENOR PREÇO**, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.2.3. **Será desclassificada** a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que: contenha vícios insanáveis; não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital; apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para o item; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.

6.2.3.1. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor máximo estimado para o item.

6.2.3.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 6.2.3.1 deste Edital, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

- a) que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.2.4. O critério de aceitabilidade dos preços propostos será o da compatibilidade com os preços de mercado.

6.2.5. Para divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros. Em caso de divergência entre os algarismos do preço e seu valor por extenso, será considerado este último.

6.2.6. No julgamento das propostas e dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada a todas as licitantes paridade de tratamento neste aspecto.

6.3. Da fase de disputa e da formulação de lance

6.3.1. Classificadas as propostas, na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase de disputa da sessão pública. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputa e ordenadas por valor.

6.3.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de disputa.

6.3.3. Para participar da fase de disputa, as licitantes deverão acessar o site www.gov.br/compras/pt-br, opção Fornecedor > Acesso ao sistema > Fornecedor Brasileiro/Estrangeiro > Login e Senha.

6.3.4. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão formular lances sucessivos de menor valor, sendo informadas, imediatamente, sobre o seu recebimento com a indicação do respectivo horário e valor. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço.

6.3.4.1. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem crescente.

6.3.5. A licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado pelo sistema, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.3.6. Durante o transcurso da fase de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.

6.3.7. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.3.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.3.8.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração desta etapa.

6.3.8.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 6.3.8.1 deste Edital, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.3.8.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 6.3.8.1 e 6.3.8.2 deste Edital, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.

6.3.8.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos neste Edital, para a definição das demais colocações.

6.3.8.5. Após o reinício previsto no subitem 6.3.8.4 deste Edital as licitantes serão convocadas para apresentarem lances intermediários.

6.3.8.6. Encerrada a etapa de que trata o subitem 6.3.8.5 deste Edital, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.

6.3.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.3.10. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.3.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.3.12. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.3.13. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.3.14. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.3.15. Em caso de empate entre duas ou mais propostas iniciais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.

6.3.15.1. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público a ser realizado no próprio Sistema Eletrônico, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.3.16. Encerrada a etapa de lances, ocorrendo a situação denominada empate ficto, prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/2006, o Sistema Eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos inerentes à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma regulamentada pelo art. 45 do mesmo Estatuto.

6.3.16.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.

6.3.16.2. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de **desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.3.17. Encerrado o tempo normal de disputa, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome da licitante. Em seguida, o(a) Pregoeiro(a)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

convocará a licitante que se encontre em situação de empate para, **no prazo de 5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item/grupo.

6.3.18. Não havendo manifestação da licitante convocada para registrar novo lance, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) dar encerramento à disputa do item/grupo.

6.3.19. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.3.20. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada. Para tanto, deverá se manifestar quando da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico. A apresentação dessas novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

6.3.21. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.3.22. Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimado para o item, a negociação poderá ser feita com às demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no subitem 6.3.4.1 deste Edital, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no subitem 6.3.15 deste Edital.

6.3.23. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3.24. Observado o prazo de que trata o subitem 6.5.1 deste Edital, o(a) Pregoeiro(a), deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

6.3.25. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

6.3.26. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.27. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.3.28. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) de data diversa.

6.4. Dos benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte

6.4.1. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.5. Da proposta detalhada e da habilitação

6.5.1. A **PROPOSTA DETALHADA** (modelo constante no **ANEXO I** deste Edital), **atualizada em conformidade com o menor lance eventualmente ofertado**, deverá ser encaminhada, pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado do momento da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico, e deverá conter:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

a) Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, fone fixo/celular e endereço eletrônico (e-mail);

b) Descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo prazo de validade/garantia caso haja, em conformidade com as características exigidas no Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital; e

c) Valor unitário e valor total de cada item.

6.5.1.1. No prazo previsto no subitem 6.5.1 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou

b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.

6.5.2. A **HABILITAÇÃO** consistirá em:

a) regularidade perante a Fazenda federal, estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente e municipal, na forma da lei;

b) regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

c) regularidade perante a Justiça do Trabalho;

d) Diploma ou Certificado de conclusão no curso de Educação Física do(a) profissional que atuará como coordenador(a) técnico(a) responsável pela supervisão da equipe técnica, o(a) qual deverá possuir experiência na execução de serviços de planejamento, assessoramento e execução de corridas de rua;

e) Certidão de Registro junto ao Conselho Regional de Educação Física - CREF do(a) profissional que atuará como coordenador(a) técnico(a) responsável pela supervisão da equipe técnica; e

f) Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já prestou serviços de planejamento, assessoramento e execução de corridas de rua com no mínimo 400 (quatrocentos) participantes.

6.5.2.1. Os documentos exigidos nas alíneas "a", "b", e "c" do subitem 6.5.2 deste Edital serão verificados, pelo(a) Pregoeiro(a), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões que constituirá meio legal de prova.

6.5.2.2. Os documentos exigidos nas alíneas "d", "e" e "f" do subitem 6.5.2 deste Edital deverão ser apresentados pela licitante quando solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.2.3. A licitante poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação do atendimento quanto à exigência contida na alínea "f" do subitem 6.5.2 deste Edital.

6.5.2.3.1. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter informações que identifique o emitente e a qualidade da execução do objeto contratado.

6.5.2.4. Serão desconsiderados Atestado(s) de Capacidade Técnica que não comprovem a similaridade com o exigido.

6.5.2.5. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

6.5.2.6. O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante somente poderá(ão) participar(em) como responsável(is) técnico(s) por apenas 1 (uma) licitante, sendo inabilitadas as licitantes que mencionarem o mesmo profissional para esta função.

6.5.2.7. Os documentos para habilitação serão exigidos apenas da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar e o prazo para a sua apresentação, quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a), será de até 2 (duas) horas, prorrogado por igual período.

6.5.2.8. No prazo previsto no subitem 6.5.2.7 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

-
- a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.
- 6.5.2.9. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 6.5.3. A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias corridos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.
- 6.5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 6.5.4.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará na decadência do direito à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Tribunal convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar esta licitação.
- 6.5.5. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio do Tribunal, no endereço mencionado neste Edital, dentro do prazo assinalado pelo(a) Pregoeiro(a).
- 6.5.5.1. As cópias poderão ser autenticadas por tabelião de notas, Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio mediante apresentação do original ou publicação em órgão da imprensa oficial e ainda por declaração de autenticidade por advogado.
- 6.5.6. As certidões apresentadas pela licitante, conforme disposição do subitem 6.5.2 deste Edital, estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pelo(a) Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio. A verificação pelo Tribunal nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 6.5.7. A licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.5.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:
- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e
- c) se a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto deste Edital ou a emissora da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.
- 6.5.9. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, quando então poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
- 6.5.10. Se a documentação exigida para habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, ou se a licitante estiver em suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, ou se for identificada como inidônea para



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

licitar ou contratar com a Administração Pública, tal licitante será inabilitada, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

6.5.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

6.6. Do recurso

6.6.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

6.6.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

6.6.2.1. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

6.6.3. Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.6.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6.5. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade superior.

6.6.6. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a autoridade superior a adjudicar e homologar o objeto à licitante vencedora.

6.6.7. Findo o prazo do subitem 6.6.2 deste Edital, impugnado ou não o recurso, o(a) Pregoeiro(a) o apreciará no prazo de 3 (três) dias úteis, quando opinará pela manutenção ou reforma do ato recorrido. Não havendo a reconsideração do ato, os autos serão encaminhados à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7. DO CONTRATO

7.1. Da adjudicação e homologação

7.1.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n. 14.133/2021.

7.2. Da assinatura do contrato

7.2.1. Conforme descrito no subitem 11.1 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

7.2.2. Fica vedada a contratação de mais de uma empresa para a execução do mesmo objeto, exceto nos casos em que, mediante justificativa, o objeto possa ser executado de forma concomitante por mais de um contratado ou a múltipla execução se mostrar conveniente.

7.3. Da vigência do contrato

7.3.1. Conforme descrito no subitem 11.2 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

7.4. Da alteração, do reajuste de preços, da inexecução e da extinção do contrato

7.4.1. Conforme descrito no subitem 11.3 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

8. DAS PENALIDADES DO PROCEDIMENTO

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame, desde que cause prejuízo à Administração;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta detalhada e adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; e
2. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e) fraudar a licitação;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
2. induzir deliberadamente a erro no julgamento; e
3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n. 12.846/2013](#).

8.2. Com fulcro na [Lei n. 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou aos adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação oficial.

8.4.1. Para as infrações previstas nas alíneas “a” e “b” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 1% do valor estimado da contratação.

8.4.2. Para a infração prevista na alínea “c” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 5% do valor do contrato.

8.4.3. Para as infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 30% do valor estimado da contratação.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.1 deste Edital, quando não se



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 8.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 8.1 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei n. 14.133/2021](#).

8.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DO PAGAMENTO

9.1. Conforme descrito no Item 18 do Termo de Referência, **ANEXO III** deste Edital.

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

10.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostos por qualquer pessoa, dirigidas ao(à) Pregoeiro(a) e por meio do e-mail licitacoes@tjro.jus.br, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

10.1.1. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelos(as) responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre os pedidos de esclarecimentos e as impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontar falhas ou irregularidades, ou não o fizer no prazo estabelecido.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias corridos, **exceto** quando explicitamente disposto em contrário.

11.2. A contagem dos prazos somente se inicia e vence em dia de expediente neste Tribunal.

11.3. A simples participação nesta licitação implica em total aceitação das normas contidas neste Edital.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

11.4. As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento.

11.5. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados **em qualquer fase da licitação**. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará na extinção contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.6. É facultado ao(à) Pregoeiro(a), ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

11.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 6.2.6 deste Edital, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.7. As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

11.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

11.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. O resultado da licitação será divulgado mediante aviso, o qual será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia, no *site* www.tjro.jus.br, bem como afixado no quadro próprio localizado na Sede deste Tribunal, na Rua José Camacho, n. 585, Térreo, Bairro Olaria, Porto Velho/RO.

11.11. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), que decidirá com base na legislação em vigor.

11.13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer questões oriundas da presente licitação.

11.14. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos *sites* www.tjro.jus.br ou www.gov.br/compras/pt-br, bem como na sala do Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio (DEAGESP/TJRO), situada na Rua José Camacho, n. 585, Sala 207, 2º Andar, Bairro Olaria, nesta Capital, no horário das 7h às 14h, onde poderá ser retirado, preferencialmente em meio eletrônico, sem ônus para o Tribunal.

11.15. O(A) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio encontram-se à disposição **para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares** no endereço citado no subitem anterior ou pelo fone (69) 3309-6652, e ainda pelo e-mail licitacoes@tjro.jus.br. O(A) Pregoeiro(a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto deste Tribunal quanto do emissor.

11.16. ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução n. 027/2016-PR. Para tanto, os representantes das licitantes vencedoras, após a homologação do Certame, deverão obrigatoriamente, se cadastrar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço: http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, **para assinatura digital do contrato**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Item 8 deste Edital.

11.17. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estabelecidos neste Edital.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

11.18. A licitante vencedora se compromete a respeitar todas as obrigações estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n. 13.709/2018) e outras leis aplicáveis em relação às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Edital, protegendo os direitos e garantias fundamentais envolvidos, incluindo a confidencialidade das informações.

11.19. São partes integrantes do presente Edital:

- a) ANEXO I - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances;
- b) ANEXO II - Preços de referência;
- c) ANEXO III – Termo de Referência; e
- d) ANEXO IV - Minuta do Contrato.

Porto Velho/RO, 24 de abril de 2026.

Karina Miguel Sobral

Juíza Secretária Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

ANEXO I

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DETALHADA

APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n. 90028/2026.

Razão Social:

Número do CNPJ:

Endereço completo com CEP:

Fone/Celular:

Outros (correio eletrônico...):

Banco/Nome e n. da Agência/Conta Corrente:

Responsável legal para assinatura do Contrato (nome, documentação de identificação oficial e CPF):

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de planejamento, assessoramento e execução da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário conforme as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos do Pregão em epígrafe.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT./UN.	VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
-	1	_____ [Descrever as especificações do item] _____.	1 serviço		

Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, nos termos do subitem 6.1.4 do presente Edital.

O Prazo de entrega:

OBSERVAÇÃO:

1. Quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deve:

a) Encaminhar os documentos exigidos nas alíneas "d", "e" e "f" do subitem 6.5.2 deste Edital.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

Porto Velho/RO, ____ de ____ de 20 ____.

Assinatura do Representante Legal

Documentação de identificação oficial e CPF



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

ANEXO II

PREÇOS DE REFERÊNCIA

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO DE REFERÊNCIA UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)
-	1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de planejamento, assessoramento e execução da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário, conforme as condições previstas neste Edital e seus Anexos.	218.918,01

Edital redigido, com base no Termo de Referência, por:

Diego Sousa
Técnico Judiciário
Seção de Preparação de Contratação/Diaq/Deagesp/SA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua José Camacho, n.º 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br
- Criada conforme Resolução N. 100/2019-PR.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 1 / 2026 - DISAU/DDS/SGP/PRESI/TJRO

2026.PCA.5165

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de planejamento, assessoramento e execução da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário, conforme as condições previstas neste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Encontrar o equilíbrio entre trabalho e a vida pessoal é uma pauta constante no mundo profissional. Desde o início do século são estudados os diversos fatores que interferem no aumento da produtividade. Ao longo do tempo os indicadores referentes às necessidades e aspirações humanas ganham maior relevância diante do desafio da produtividade das organizações, em busca de competitividade, incluindo-se, agora na avaliação da produtividade, a responsabilidade social da empresa. Este fato sugere uma mudança na administração superior das organizações, orientada pela compreensão da qualidade de vida no trabalho, como um aspecto tão importante quanto a modernização tecnológica.

2.2. Neste contexto, o lazer vem despertando a atenção de estudiosos da reestruturação organizacional e de organizações, que começam a percebê-lo como importante indicador de qualidade de vida, pelas suas funções compensatória e utilitarista, que ajudam no desenvolvimento das faculdades cognitivas, intuição, criatividade, sociabilidade e da capacidade de simbolizar e interagir, importantes nas novas formas de organização do trabalho.

2.3. Conforme levantamento realizado pela Divisão de Saúde - DISAU, o absenteísmo no Tribunal no ano de 2025 representou um total de 29.515 dias de afastamento.

2.4. Diante desses dados alarmantes que refletem queda na produtividade e na qualidade de vida dos(as) servidores(as) e magistrados(as), viu-se a necessidade da implantação de ações de desconpressão do stress no âmbito da instituição.

2.5. A contratação da empresa especializada para a prestação de serviços profissionais de planejamento, assessoramento e execução da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário é necessária para atender ao interesse do Tribunal, qual seja, a promoção de atividades que visem o desenvolvimento das potencialidades do público interno.

2.6. Ressaltamos, também, que o objeto deste Termo de Referência dá importância à preservação da saúde de magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as), possibilitando o alcance dos macrodesafios estabelecidos no Planejamento Estratégico Institucional (PEI), a teor da Resolução n. 205/2021 - TJRO, bem como na Estratégia do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO) 2021-2026.

2.7. A corrida é uma prática corporal que apresenta diversos benefícios a curto, médio e longo prazo, tais como: auxilia no sistema imunológico, controle do peso corporal, controle da pressão arterial, controle dos níveis de colesterol e triglicerídeos, controle do estresse, menor risco de câncer, aumento da densidade óssea, controle da glicemia e combate à diabetes, melhora da função cerebral e controle do apetite. A ação de correr exige diferentes habilidades físicas, tais como condicionamento cardiorrespiratório, resistência, potência muscular e velocidade.

2.8. As demais informações relativas ao objeto deste Termo de Referência encontram-se no Estudo Técnico Preliminar 25 (5420192) acostado aos autos do Processo n. 0007335-69.2025.8.22.8000.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A contratação será regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes.

3.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão usufruir do tratamento estabelecido pela Lei Complementar n. 123/2006.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto deste Termo de Referência será realizado por execução indireta, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS

5.1. As especificações e quantidades encontram-se registradas nos **ANEXOS** deste Termo de Referência.

5.2. Os valores estimados para o presente Termo de Referência constará de Quadro Demonstrativo de Quantitativos e Valores, elaborado pela Divisão de Aquisições - DIAQ/DEAGESP.

6. DOS PREÇOS

6.1. Os preços propostos serão aqueles discriminados pela empresa em sua proposta, cotado em reais (R\$), devendo prevalecer, em caso de divergência, o preço unitário sobre o preço total.

6.2. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do Contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens ou quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados...) devem estar inclusas na proposta apresentada.

7. DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

7.1. A empresa convocada no item/grupo, QUANDO NECESSÁRIO, deverá apresentar INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR do objeto ofertado, para verificar se este atende às especificações previstas neste Termo de Referência no prazo de **até 2 (duas) horas** contado a partir da notificação pelo Tribunal.

7.1.1. A empresa que não apresentar informação complementar dentro do prazo notificado será desclassificada no item/grupo.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa decorrente do Contrato será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia: Unidade Orçamentária: 03.011 - **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU**; Funcional Programática: 02.122.1012.1484 - **Promover ações de saúde para Magistrados(as), Servidores(as) e Estagiários(as) do PJRO**; Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Subitem: 92 - Outras serviços de terceiros - PJ.

9. DA PROPOSTA

9.1. Conforme disposição do Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A empresa deverá apresentar para fins de habilitação:

a) Diploma ou Certificado de conclusão no curso de Educação Física do(a) profissional que atuará como coordenador(a) técnico(a) responsável pela supervisão da equipe técnica, o(a) qual deverá possuir experiência na execução de serviços de planejamento, assessoramento e execução de corridas de rua;

b) Certidão de Registro junto ao Conselho Regional de Educação Física - CREF do(a) profissional que atuará como coordenador(a) técnico(a) responsável pela supervisão da equipe técnica; e

c) Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já prestou serviços de planejamento, assessoramento e execução de corridas de rua com no mínimo 400 (quatrocentos) participantes.

10.1.1. Todos os requisitos qualitativos solicitados objetivam minimamente zelar pela qualidade e complexidade dos serviços a serem prestados, considerando a capacidade operacional e gerencial das empresas e de potencial comprometimento acerca da qualidade ou finalidade almejada na execução do objeto.

10.1.2. A empresa poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação do atendimento quanto à exigência contida na alínea "c" do subitem **10.1** deste Termo de Referência.

10.1.2.1. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter informações que identifique o emitente e a qualidade da execução do objeto contratado.

10.1.3. Serão desconsiderados Atestado(s) de Capacidade Técnica que não comprovem a similaridade com o exigido.

10.1.4. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

10.1.5. O(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa somente poderá(ão) participar(em) como responsável(is) técnico(s) por apenas 1 (uma) empresa, sendo inabilitadas as empresas que mencionarem o mesmo profissional para esta função.

11. DO CONTRATO

11.1. Da assinatura do Contrato

11.1.1. O Tribunal convocará a empresa para assinar eletronicamente o Contrato, dentro do prazo de **2 (dois) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

11.1.1.1. Antes da convocação para assinatura do Contrato de que trata o subitem anterior, serão consultados o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, bem como será verificada a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

11.1.1.2. A recusa injustificada da empresa em assinar o Contrato, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas neste Termo.

11.1.1.3. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal.

11.1.2. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital, far-se-á a remessa do Contrato por via postal, para assinatura da empresa.

11.1.3. Na data da assinatura do Contrato, o representante da empresa deverá:

a) atualizar todos os documentos apresentados quando da habilitação, se vencidos;

b) apresentar ao Tribunal, para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do *caput* do art. 4º da Instrução Normativa n. 1.234/2012 - Receita Federal do Brasil, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida Instrução Normativa, conforme o caso, assinada pelo seu representante legal, podendo ser apresentada por meio eletrônico, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada; e

c) indicar formalmente um preposto, apto a representar a empresa junto ao Tribunal, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

11.1.4. Na hipótese da não assinatura do Contrato, nos prazos e condições estabelecidos, o Tribunal poderá convocar outra empresa, respeitada a ordem de classificação, para, após, comprovados os requisitos habilitatórios, e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

11.2. Da vigência do Contrato

11.2.1. A vigência do Contrato será de **1 (um) ano** contado da data de sua última assinatura pelas partes.

11.3. Da alteração, do reajuste de preços, da inexecução e da extinção do Contrato

11.3.1. O Contrato poderá ser **alterado**, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

11.3.2. A periodicidade para eventual reajuste de preços do Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

11.3.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá ser analisado e respondido pelo Tribunal no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** contado a partir da instrução completa do requerimento pela Contratada.

11.3.4. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo VIII, Título III, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** do Contrato:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal, se a Contratada inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei;

b) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal se durante a vigência do Contrato sobrevier

em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e

c) poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

11.3.5. Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

11.3.6. Em caso de surgimento de medidas sanitárias, assim declaradas pelas autoridades públicas, que impossibilitem a execução do Contrato, este poderá ser extinto, com fulcro nos termos do art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem ônus para quaisquer das partes.

11.4. Da subcontratação

11.4.1. Executar diretamente o objeto do Contrato, vedada a subcontratação, salvo nos casos em que se exigir comprovada especialização, desde que haja a prévia aprovação do Tribunal.

12. DA EXECUÇÃO

12.1. Da reunião inicial

12.1.1. No prazo de **até 2 (dois) dias úteis**, contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura do Contrato pelas partes, a Contratada participará de reunião de alinhamento inicial, a ser marcada pela DISAU, com o(a) Gestor(a) do Contrato tendo por objetivo a apresentação da estratégia, processo, metodologia e plano de trabalho em atenção às necessidades do Tribunal no que diz respeito à execução do objeto do Contrato.

12.1.2. No mês antecedente ao evento será necessário o comparecimento da Contratada 1 (uma) vez por semana à DISAU para ajustamento dos serviços. Para a reunião de alinhamento inicial e as reuniões semanais de ajustamento dos serviços, as despesas relativas ao deslocamento e hospedagem, decorrentes da execução do Contrato, ficarão a cargo da Contratada.

12.1.2.1. Se for constatada a necessidade de reunião adicional, esta será agendada, com o devido registro em Ata.

12.1.3. A reunião será realizada na DISAU, no prédio da Secretaria de Gestão de Pessoas, localizado na Av. Lauro Sodré, n. 1728, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP: 76803-686, telefones (69) 3309-3319 / 3309-3316.

12.1.4. No prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contado a partir do primeiro dia útil após a data da reunião de alinhamento prevista no subitem **12.1.1** deste Termo de Referência, a Contratada deverá apresentar:

- a) o cronograma de ação das atividades;
- b) sugestões dos percursos que os participantes irão percorrer;
- c) plano de logística e segurança;
- d) regulamento do evento e modelo de ficha e/ou site eletrônico de inscrição; e
- e) lista prévia dos profissionais que atuarão em cada uma das atividades, que poderá ser atualizada ou ratificada em **até 5 (cinco) dias** antes do evento.

12.2. Dos serviços a serem prestados

12.2.1. Realização, homologação e recebimento das taxas das inscrições:

- a) disponibilização de sistema para realização das inscrições pelos atletas, mediante o pagamento de taxa cujo valor será definido no regulamento do evento, conforme alínea "d" do subitem **12.1.4** deste Termo de Referência;
- b) homologação das inscrições mediante conferência dos dados dos atletas, principalmente quanto aos atletas inscritos na categoria Público Interno e Pessoa com Deficiência (PCD); e
- c) aquisição e distribuição dos donativos às unidades designadas pela equipe organizadora em **até 15 (quinze) dias** contados a partir do aceite da gestão contratual, com comprovação de entrega a ser encaminhada à DISAU.

12.2.2. Aquisição e distribuição dos materiais a serem doados:

- a) do valor total arrecadado na fase das inscrições, a Contratada deverá designar, aproximadamente, 50% (cinquenta por cento) do montante arrecadado para a compra de fraldas descartáveis infantis e outros 50% (cinquenta por cento) para fraldas descartáveis geriátricas.
- b) do percentual designado de fraldas descartáveis para cada categoria, deverá ser observada, no ato da compra, uma proporção aproximada entre os tamanhos P, M, G e GG tanto para as fraldas infantis

quanto para as geriátricas;

c) a Contratada, na aquisição das fraldas, deverá garantir, no mínimo, tais características e padrões de qualidade: boa capacidade de absorção e retenção de líquidos, hipoalergênica e anatomicamente ajustável. Os critérios de qualidade são observados nas seguintes marcas de referência, como exemplo: MamyPoko, Huggies Supreme Care, Huggies Tripla Proteção e Turma da Mônica Baby, para fraldas infantis; e Lifree Super Conforto, Tena Dermacare Slip, Bigfral Derma Plus e Comfort Master, para fraldas geriátricas;

d) no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** contado a partir do término das inscrições, a Contratada deverá apresentar **3 (três) orçamentos** para que o Tribunal realize uma análise qualitativa e de melhor custo-benefício;

e) o prazo para a entrega das fraldas a serem doadas é de **até 15 (quinze) dias** contado a partir do aceite da gestão do Contrato. As fraldas deverão ser entregues, preferencialmente, organizado por categorias (adulto e infantil) e por tamanhos para facilitar na distribuição para a(s) instituição(ões) designadas pelo Tribunal; e

f) entrega das fraldas para a(s) instituição(ões) designada(s) pelo Tribunal, mediante recibo.

12.2.3. Entrega dos kits para os atletas:

a) organização do local onde os kits serão entregues;

b) conferência e montagem dos kits atletas; e

c) recepção dos participantes e entrega de um kit atleta para cada um dos que estiverem devidamente inscritos.

12.2.4. Dia da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário:

a) recepção dos participantes, instrução das atividades que serão desenvolvidas, acompanhamento em todas as atividades;

b) carga horária total: aproximadamente **6 (seis) horas**;

c) local: por tratar-se de corrida e caminhada de rua, a Contratada se responsabilizará em definir, juntamente com o Tribunal, os percursos das referidas atividades. A Contratada também se responsabilizará por todas as taxas administrativas da Prefeitura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Federação de Atletismo, e demais licenças necessárias à realização do evento e providências para interdição das ruas que contemplarão os trajetos junto aos órgãos de segurança pública.

d) data e horário: A atividade ocorrerá no **dia 21 de junho** ou **28 de junho** e a largada ocorrerá às **06:00h**, porém fica a critério do Tribunal o agendamento de outra data e horário, se necessário;

e) a Contratada deverá designar equipe de apoio suficiente, distribuída ao longo do percurso, para garantir o fechamento, a segurança e a organização das ruas durante todo o trajeto do evento; e

f) metodologia da execução deste dia de atividades variadas e materiais necessários estão previstos nos **ANEXOS III e IV** deste Termo de Referência.

12.2.5. A Contratada, para o dia do evento, deverá alocar profissionais com as seguintes qualificações:

a) coordenador(a) técnico(a): 01 (um) profissional bacharel em Educação Física com devido registro no CREF, responsável pela supervisão da equipe técnica presente no evento devendo repassar informações do andamento das atividades para o(a) Gestor(a) do Contrato. O Tribunal poderá solicitar apresentação de *Curriculum vitae* do(a) profissional que atuará como coordenador(a) técnico(a) constando tempo de experiência no referido serviço comprovando este através de fotos, documentos e/ou registros em que conste o número de participantes nos eventos promovidos. O(A) coordenador(a) técnico(a) poderá atuar também como instrutor(a);

b) bombeiro(a) civil: 4 (quatro) profissionais capacitados para emergências, cuja função está orientada a salvaguardar as pessoas, seus bens e entorno dos mesmos;

c) médico(a): 02 (dois) profissionais bacharéis em Medicina com os devidos registros no Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia - CREMERO, para atendimento de situações clínicas e traumáticas que configurem urgência ou emergência e que comporá a equipe da unidade de suporte avançado (USA - ambulância tipo D - suporte avançado de vida);

d) enfermeiro(a): 02 (dois) profissionais bacharéis em Enfermagem com os devidos registros no Conselho Regional de Enfermagem - COREN-RO, para atendimento de situações clínicas e traumáticas que configurem urgência ou emergência e que comporá a equipe da unidade de suporte avançado (USA - ambulância tipo D - suporte avançado de vida); e

e) motorista de ambulância: 02 (dois) profissionais motoristas de ambulância com Carteira Nacional de Habilitação (CNH), correspondente para conduzir a Unidade de Suporte Avançado.

12.2.5.1. Os profissionais que vierem a substituir os membros da equipe, conforme disposto no **subitem 12.2.5** deste Termo de Referência, deverão manter as mesmas qualificações dos membros substituídos.

12.2.6. A Contratada ficará responsável pela confecção das camisetas, números de peito, sacochilas, viseiras, troféus e medalhas, conforme **ANEXOS II, III e IV** deste Termo de Referência.

12.2.7. A Contratada deverá manter a realização dos serviços sem interrupção.

12.2.8. Dos insumos

12.2.8.1. A Contratada será responsável pela aquisição e entrega de materiais destinados à distribuição aos participantes inscritos no evento, bem como, a disponibilização de todos os materiais, pessoal e equipamentos necessários à realização dos eventos, e demais custos incidentes, conforme as especificações e quantidades estimadas nos **ANEXOS** deste Termo de Referência.

12.2.8.2. A guarda e as manutenções dos materiais e/ou equipamentos são de responsabilidade exclusiva da Contratada, não podendo ser motivo de óbice para a não execução dos serviços.

12.2.8.3. A Contratada deverá observar o modo de montagem destes materiais e equipamentos e quando inservíveis, observar a sua composição e orientações das fabricantes quanto ao correto descarte e providenciar a imediata substituição.

12.2.8.4. A Contratada ficará responsável pela confecção das camisetas, números de peito, sacochilas, troféus e medalhas, conforme **ANEXOS** deste Termo de Referência.

12.2.9. Os serviços pré e pós evento serão realizados em locais a serem definidos previamente pela Contratada em conjunto com o Tribunal, com a observância dos requisitos mínimos exigidos pelo Tribunal descritos nos **ANEXOS** deste Termo de Referência.

12.2.10. A Contratada deverá manter a realização dos serviços sem interrupção.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

13.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Termo de Referência.

13.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir com o objeto do Contrato.

13.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

13.4. Encaminhar as logos institucionais para a Contratada fazer inserção em todos os materiais publicitários do evento.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar o objeto do Contrato, nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

14.2. Responder pelos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

14.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

14.4. Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto do Contrato de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.

14.5. Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

14.6. Prestar todas as informações sobre a execução do serviço sempre que solicitadas pelo(a) Gestor(a) ou Fiscais do Contrato para acompanhamento e apreciação dos serviços.

14.7. Executar os serviços objeto do Contrato com presteza, assiduidade, pontualidade e boa educação com os participantes.

14.8. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Tribunal ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus profissionais nesse sentido.

14.9. Fornecer a seus empregados, todos os equipamentos de proteção individual - EPI's necessários à execução dos serviços.

14.10. Executar perfeitamente os serviços contratados, por meio de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, mantendo seus empregados devidamente uniformizados e com crachás de identificação da Contratada durante a execução dos serviços e observando para o cumprimento dos prazos ajustados, bem como dos horários estabelecidos para execução dos serviços.

14.11. Garantir a qualidade dos serviços prestados, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução contratual.

14.12. Comprovar, em **até 2 (dois) dias úteis** antes do evento, a contratação do seguro individual por participante com cobertura mínima de:

- a) indenização ao segurado em caso de invalidez permanente, parcial ou total;
- b) reembolso de despesas médicas, hospitalares, farmacêuticas e odontológicas;
- c) assistência funeral e traslado; e
- d) indenização aos beneficiários dos segurados em caso de morte por acidente.

14.13. Comprovar, em **até 2 (dois) dias úteis** antes do evento, a contratação da Unidade de Suporte Avançado (ambulância - Tipo D), com os profissionais descritos no **ANEXO II** deste Termo de Referência. No dia do evento, a ambulância deverá estar presente **30 (trinta) minutos** antes da largada e permanecer por no mínimo, **15 (quinze) minutos** após a conclusão das atividades da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário.

14.14. Definir, juntamente com a comissão organizadora do Tribunal, o itinerário das provas, sendo a largada e a chegada, preferencialmente, na entrada do Edifício-Sede do Tribunal (Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO).

14.15. Gerenciar, via internet, a efetivação das inscrições, respeitando as quantidades de inscritos para cada categoria estabelecidas pelo Tribunal, considerando o quantitativo máximo de participantes do **ANEXO I** deste Termo de Referência (se não for preenchido o quantitativo previamente definido, o Tribunal poderá disponibilizar essas vagas remanescentes para outros grupos).

14.16. Adquirir os materiais a serem doados para as instituições, com os respectivos quantitativos definidos pela equipe gestora do Contrato. A Contratada deverá apresentar no mínimo **3 (três) orçamentos** dos itens para ser escolhido o que apresentar melhor custo-benefício.

14.17. Entregar os itens adquiridos para a(s) instituição(ões) designada(s) pelo Tribunal, mediante recibo.

14.18. A criação e a aplicação dos *layouts* nas peças, bem como a produção destas, ficará sob a responsabilidade da Contratada e deverão ser previamente aprovados pela comissão organizadora.

14.19. Estruturar o evento em **até 48 (quarenta e oito) horas** do dia da execução.

14.20. Providenciar o abastecimento de caixas térmicas com os copos de água (ou garrafas), as bebidas isotônicas (pós prova), gelo, mesas e pessoal para distribuição das bebidas e coleta dos copos dispensados pelos atletas.

14.21. Fornecer listagem com o resultado final geral por categoria em **até 30 (trinta) minutos** após a conclusão da prova.

14.22. Entregar as premiações (troféus) aos atletas logo após a finalização da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário.

14.23. Providenciar a entrega das medalhas, das bebidas isotônicas e das frutas para todos os atletas que finalizarem a prova.

14.24. Retirar da via pública o pódio de premiação, pórtico de chegada, os cones e as placas de sinalização, bem como demais materiais e/ou equipamentos utilizados logo após a realização do evento, liberando as vias públicas utilizadas.

14.25. Recolher, ao longo do percurso de prova, os copos (ou garrafas) que foram utilizados pelos corredores.

14.26. Realizar a retirada das lixeiras de coleta seletiva e a limpeza do local da concentração.

14.27. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, solucionando de imediato todas as ocorrências relacionadas ao objeto.

14.28. Comunicar ao Tribunal, por escrito, quaisquer anormalidades ocorridas durante a execução do objeto e prestar os esclarecimentos solicitados.

14.29. Cumprir os prazos previamente estabelecidos pelo Tribunal para a execução, reparo, correção, remoção, substituição ou ressarcimento de bens e/ou serviços do objeto.

14.30. Dispor de equipe de pessoal suficiente para realizar todas as atividades inerentes ao evento, incluindo as atividades de apoio, tais como distribuição das águas, entrega dos kits, conferência na linha de chegada, recolhimento dos resíduos, entre outros.

14.31. Entregar relatório da realização do evento no prazo de **até 2 (dois) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após a data de sua realização.

14.32. Abster-se, durante a vigência do Contrato, de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Tribunal ou de agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato.

14.33. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024 do Tribunal, o Contrato decorrente

deste Termo de Referência, será acompanhado e fiscalizado pelos(as) seguintes servidores(as):

- a) Gestor(a): Rosana Ramalho Feitosa**, e-mail: rosanafeitosa@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6418;
- b) Gestor(a) Substituto(a): Alex Castiel Barbosa**, e-mail: alexcastiel@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6419;
- c) Fiscal Administrativo(a): Raisia Mendonça Colares**, e-mail: raisacolares@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6413;
- d) Fiscal Administrativo(a) Substituto(a): Luís Paulo Júnior Oliveira Schneider**, e-mail: luis.schneider@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6420;
- e) Fiscal Técnico(a): Iuna Pereira Sapia**, e-mail: iuna@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6420; e
- f) Fiscal Técnico(a) Substituto(a): Vanessa de Oliveira**, e-mail: vanessadeoliveira@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6413.

15.2. O(A) Gestor(a), o(a) Fiscal Administrativo(a) e o(a) Fiscal Técnico(a) do Contrato e seus(uas) substitutos(as) poderão ser localizados(as) na Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP/TJRO, situada na Av. Lauro Sodré, n. 1728, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP: 76803-686.

15.3. As atribuições e competências de gestores e fiscais encontram-se na Instrução n. 146/2024 do Tribunal.

16. DAS PENALIDADES

16.1. Havendo recusa da empresa vencedora em assinar o Contrato ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal.

16.1.1. O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de **até 30 (trinta) dias corridos** contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação pela empresa.

16.2. O atraso injustificado **na execução dos serviços**, conforme disposição contida no subitem **12.2** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por ocorrência. A tolerância será de até 1 (uma) hora, considerando o horário marcado para início das atividades. Ultrapassando esse limite poderá cumprir-se o disposto no subitem **16.7** deste Termo.

16.3. O atraso injustificado em cumprir as exigências contidas no subitem **12.1.4** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **16.7** deste Termo.

16.4. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Termo de Referência, deverá, **até o vencimento do respectivo prazo**, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) do Contrato (rosanafeitosa@tjro.jus.br), **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do Tribunal a sua aceitação.

16.5. Vencido o prazo estipulado, o Tribunal oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data e/ou hora limite para a execução. A partir da data e/ou hora limite considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem **16.8** deste Termo de Referência.

16.6. A execução do objeto deste Termo de Referência até a data e/ou hora limite de que trata o subitem anterior não isenta a Contratada das respectivas multas previstas nos subitens **16.2** e/ou **16.3** deste Termo.

16.7. Pelo descumprimento parcial do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total.

16.8. Pelo descumprimento total do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de 15% (quinze por cento) sobre o seu respectivo valor total.

16.9. As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

16.10. As multas devidas bem como os prejuízos causados ao Tribunal não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

16.11. A Contratada inadimplente, quando não tiver valores a receber do Tribunal, terá o prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

16.12. A aplicação de multa e/ou a extinção do Contrato não impede que o Tribunal aplique à empresa as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

16.13. Cautelarmente, o Tribunal poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

17. DO FATURAMENTO

17.1. A Contratada deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU**, CNPJ n. 10.466.386/0001-85. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-330.

17.1.1. Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a Contratada deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490/2014.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado **em 9 (nove) dias úteis**, caso o **valor total do Contrato** seja igual ou inferior àquele constante no art. 75, inciso II, atualizado conforme disposição contida no art. 182 da Lei n. 14.133/2021, e, acima deste valor, **em 30 (trinta) dias corridos** contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme Item **17** deste Termo de Referência, desde que o objeto do Contrato tenha sido executado.

18.1.1. Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o Tribunal. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

18.2. O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela Contratada em sua proposta.

18.3. Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

18.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
-------------	-------------------	------------------

Onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

19. DA SUSTENTABILIDADE

19.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nas especificações do objeto, tendo em vista que o Tribunal possui atuação institucional de promover política de responsabilidade social e ambiental, observar-se-á, no que couber:

a) dar preferência para materiais que apresentem menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; e maior vida útil e menor custo de manutenção;

b) utilizar, preferencialmente, embalagens recicladas ou recicláveis;

c) dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

d) proporcionar maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

e) atender as recomendações contidas nos seguintes normativos: Resolução n. 143/2020 - Institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia; Resolução n. 400/2021/CNJ - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e Ato n. 610/2024 - Regulamenta o Plano de Sustentabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (PS/TJRO), ciclo 2024-2026; e

f) fornecer produtos cuja fabricante nacional ou importadora esteja regularmente inscrita no Cadastro

Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (art. 17, inciso II, da Lei n. 6.938/1981), na qual a atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa n. 13/2021 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

19.2. Considerando a Resolução n. 143/2020-TJRO que institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a Contratada deverá dispor de lixeiras identificadas para separação dos resíduos recicláveis, não recicláveis e orgânicos. O Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Gestão Socioambiental - NAGES irá indicar os locais da destinação adequada dos resíduos recicláveis e orgânicos, ficando a Contratada responsável pelo encaminhamento destes:

- a)** considera-se resíduos recicláveis: Folhas de papel, embalagens de papel, embalagens plásticas, embalagens metálicas, embalagens de vidro, entre outros;
- b)** considera-se resíduos orgânicos: Cascas de frutas, restos de verduras, restos de comida, grama cortada, filtro de café com borra, cascas de ovo, saquinhos de chá, entre outros; e
- c)** considera-se resíduos não recicláveis: Embalagem de marmitex suja de alimentos, fita adesiva, grampos, cliques, papel higiênico, fraldas, absorventes, entre outros.

20. DA PROTEÇÃO DE DADOS

20.1. Em atendimento ao estabelecido na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e na Resolução n. 363/2021 do CNJ, e ainda, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, as partes se comprometem a cumprir todas as obrigações estipuladas na LGPD e demais legislações aplicáveis no que se refere às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto do Contrato, zelando pelos direitos e garantias fundamentais envolvidos, inclusive sobre a confidencialidade das informações.

21. DOS ANEXOS

21.1. São partes integrantes do presente Termo de Referência:

- a) ANEXO I** - DA ESTIMATIVA DE PARTICIPANTES;
- b) ANEXO II** - DO ORÇAMENTO DO VALOR TOTAL;
- c) ANEXO III** - DA INSCRIÇÃO E PREMIAÇÃO; e
- d) ANEXO IV** - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.

ANEXO I DA ESTIMATIVA DE PARTICIPANTES

Local	Endereço	Quantidade Estimada de Participantes
Comarca de Porto Velho	Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.	800 pessoas, sendo: <ul style="list-style-type: none">• 450 para magistrados(as), servidores(as) ou estagiários(as) do Tribunal, sendo 45 para PCD;• 300 para o público externo, sendo 30 para PCD; e• 50 para as crianças.

ANEXO II DO ORÇAMENTO DO VALOR TOTAL



Especificação	Dias	Período	Valor Total (R\$)
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços profissionais de planejamento, assessoramento e execução da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário, conforme as condições previstas neste Termo de Referência.	01	21 ou 28 de Junho de 2026 ou outra data a critério da Contratante, com largada prevista para às 06:00h.	

DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Contratação de pessoa jurídica para				

1	execução do serviço de planejamento, assessoramento e execução da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário, devendo fornecer:				
1.1	Relógio digital para marcação do tempo de prova (cronômetro) visível e afixado no pórtico de chegada; Dimensões mínimas: (LxAxP) 99cmx30cmx9cm; relógio HH:MM:SS, dupla face (visualização em ambos os lados); gabinete em material resistente com pintura na cor preta; displays com alta performance; cores: VERMELHO ou BRANCO; 6 (seis) dígitos com altura mínima de 15cm (altura dos números); botões para controle e acesso do equipamento; acrílico frontal; visualização: 25 m a 40 m;	un	1		
1.2	Fornecimento de tendas de 5mx5m;	un	4		
1.3	Fornecimento de grades para isolamento da área de chegada/premiação e controle de fluxo;	un	100		
1.4	Fornecimento de placas indicativas com a marcação de quilometragem, com pé e adesivada em duas faces (4x4) para indicação do percurso da prova - incluir distribuição e recolhimento das placas;	un	9		
1.5	Fornecimento de pódio de premiação medindo 3mx4m (aproximadamente) confeccionado em madeira, compensado ou MDF com marcação dos 5 (cinco) primeiros lugares;	un	1		
1.6	Fornecimento de Backdrop contemplando o fundo do pódio de premiação, medindo (5m x 3m) aproximadamente;	un	1		
1.7	Fornecimento de pórtico de chegada medindo 6,5mx4m (aproximadamente);	un	1		
1.8	Fornecimento de lonas para o portal de chegada, com arte a ser definida pelo Tribunal: <ul style="list-style-type: none"> • 1 para o portal; • 1 para os atletas (ao cruzarem a linha de chegada). 	un	2		
1.9	Fornecimento de lona para o Backdrop medindo (5m x 3m) aproximadamente, com arte a ser definida pelo Tribunal;	un	1		
1.10	Fornecimento de cones de 50 cm altura (aproximadamente) para sinalização de percurso - incluso distribuição e retirada;	un	120		
1.11	Fornecimento de lixeiras de coleta seletiva grandes, identificadas de acordo com o material a ser descartado, no mínimo, para resíduos recicláveis, não recicláveis e orgânicos, com sacos de lixo - incluso distribuição e retirada;	un	10		
1.12	Serviço de fotografia com registros da largada, chegada, premiação e momentos individuais durante o percurso - antes do início, durante a corrida, momento da chegada e entrega das premiações aos vencedores;	un	2		
1.13	Disponibilizar equipamento de som completo, com locutor (com experiência comprovada em eventos de médio e grande porte), contendo: caixas de som, subwoofers, 01 mesa de som, 01 controladora e 01 microfone sem fio, operador técnico, cabeamentos e estrutura	un	1		

	para abrigar os equipamentos contra sol e chuva;				
1.14	Atração musical ao vivo (banda ou músico), com instrumentos e equipamentos sonoros próprios , destinada à execução de repertório musical durante o evento, permanecendo em local fixo ao longo do trajeto , conforme definição da contratante.	un	1		
1.15	Equipe de pessoal (suficiente para realizar todas as atividades - respeitando o disposto no Item 12 deste Termo de Referência).	-	-		
1.16	Banheiros químicos (3 Masculinos, 3 Femininos e 2 Neutros adaptado para PCD)	un	8		
2	Kit Atleta				
2.1	Produção de camisetas com manga curta, tecido 100% poliamida premium, proteção UVA 50+, proteção antibacteriana, 1 aplicação na frente e 1 aplicação nas costas, conforme cor e artes a serem definidas pelo Tribunal, tamanho conforme solicitação no ato da inscrição, sendo 800 para os participantes e 15 para a comissão organizadora.	un	815		
2.2	Numeração de peito descartável, tamanho A5, confeccionado em papel resistente a rasgos e água (Tyvek), impressão em alta qualidade, com chip eletrônico para controle de chegada.	un	800		
2.3	Viseira esportiva em tecido 100% poliéster, com tecnologia de secagem rápida (dry-fit, microfibra ou similar), gramatura mínima de 150 g/m², aba estruturada, faixa interna absorvente de suor e tamanho único ajustável por sistema regulável. Preferencialmente com proteção UV (UPF 50+ ou equivalente). Personalização: aplicação de logomarca institucional na parte frontal centralizada, por silk-screen ou bordado, em até 2 cores, conforme arte fornecida. Conforme modelo: <div data-bbox="280 1368 738 1561" data-label="Image"> </div>	un	765		
2.4	Viseira esportiva infantil em tecido 100% poliéster, com tecnologia de secagem rápida (dry-fit, microfibra ou similar), gramatura mínima de 150 g/m², aba estruturada, faixa interna absorvente de suor e sistema de ajuste regulável, adequado ao público infantil . Preferencialmente com proteção UV (UPF 50+ ou equivalente). Personalização: aplicação de logomarca institucional na parte frontal centralizada, por silk-screen ou bordado, em até 2 cores, conforme arte fornecida.	un	50		

					
2.5	<p>Sacochila confeccionada em nylon Ripstop, dimensões aproximadas de 35 × 40 cm (largura × altura), com cordões duplos em nylon ou poliéster, sistema de fechamento tipo puxa e fecha, permitindo uso como mochila, com acabamento resistente e costuras reforçadas. Personalização: aplicação de logomarca institucional na parte frontal centralizada, por silk-screen ou bordado, em até [2] cores. Conforme modelo:</p> 	un	815		
2.6	Alfinetes para fixação (kit com 4 unidades de alfinete por número de peito).	un	800		
3	Premiações				
3.1	<p>Fornecimento de troféus para os (as) vencedores (as) da corrida, sendo em metal na cor ouro, prata e bronze, com a logomarca do evento, contendo na base placa em metal com a logomarca do Tribunal e a respectiva classificação, com arte a ser definida pelo Tribunal (medidas mínimas: base: 18 cm de largura, 02 cm de altura; 7 cm de profundidade; troféu com aproximadamente 25 cm de altura). Sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1º, 2º, 3º, 4º e 5º colocados de cada categoria: Servidor(a)/Magistrado(a)/Estagiário(a) (Fem/Masc, 5 e 10 Km) e Geral (Fem/Masc, 5 e 10 Km) - 40 unidades; • 1º, 2º e 3º colocados por idades: Até 35 anos, de 36 a 45 anos, de 46 a 55 anos e maior de 56 anos (Fem/Masc, 5 e 10 Km) - 48 unidades; e • 1º, 2º, 3º, 4º e 5º colocados categoria PCD (Fem/Masc, 5 e 10 Km) - 20 unidades. <p>Observação: em relação a cor dos Troféus: para os primeiros colocados, na cor ouro; Para os segundos colocados, na cor prata; e, para os demais, na cor bronze.</p>	un	108		
3.2	Medalhas de participação medindo, no mínimo, 8 cm, em metal na cor ouro, prata ou bronze, contendo a logomarca do evento e fita personalizada em material poliéster acetinado com largura aproximada de 25 mm. (Com arte a ser definida pelo Tribunal)	un	800		

4	Segurança do evento				
4.1	Unidade de suporte avançado (ambulância - Tipo D) com equipe de socorro - 1 (um) enfermeiro(a), 1 (um) médico(a) e 1 (um) motorista de ambulância	un	2		
4.2	Bombeiro civil	un	4		
4.3	Seguro individual	un	815		
5	Hidratação e alimentação				
5.1	Fornecimento de copos (ou garrafas) com água (200 ml) para distribuição na largada e percurso da corrida aos participantes e comissão organizadora do evento; <ul style="list-style-type: none"> O recolhimento dos copos (garrafas - em todo o percurso da corrida), das lixeiras e a limpeza do local da concentração é de responsabilidade da Contratada. 	un	3670		
5.2	Fornecimento de Bebida Isotônica de 500 ml para entrega aos participantes na chegada.	un	750		
5.3	Fornecimento de frutas para entrega aos participantes na chegada - 2 tipos de fruta para cada participante. (Sugestão: maçã, banana, laranja e/ou mexerica).	un	1600		
6	Despesas Gerais				
6.1	Material administrativo	-	-		
6.2	Material para a realização das provas	-	-		
6.3	Pagamento de taxas administrativas da Prefeitura e Federação de Atletismo, e demais licenças necessárias à realização do evento, se houver	-	-		
6.4	Imposto sobre a nota Fiscal	-	-		
6.5	Lucro líquido estimado	-	-		
				Total:	

ANEXO III DA INSCRIÇÃO E PREMIAÇÃO

A Contratada ficará responsável pela efetivação e arrecadação do valor das inscrições, aquisição e distribuição dos materiais que serão doados às instituições, montagem e entrega do kit's atletas, planejamento, assessoramento e execução da corrida, bem como a realização e disponibilização do ranking e entrega das premiações abaixo descritas:

- **Para o percurso da corrida infantil (Kids):** medalha de participação para todas as crianças.
- **Para a caminhada (Quilometragem livre, dentro do percurso):** medalha de participação para todos os atletas que cruzarem a linha de chegada.
- **Para o percurso de 5 KM:**
 - Categoria Magistrado(a), Servidor(a) e Estagiário(a) - Feminino: Troféus do 1º ao 5º Lugar;
 - Categoria Magistrado(a), Servidor(a) e Estagiário(a) - Masculino: Troféus do 1º ao 5º Lugar;
 - Categoria Geral - Feminino: Troféus do 1º ao 5º Lugar;
 - Categoria Geral - Masculino: Troféus do 1º ao 5º Lugar;
 - Categoria Geral - PCD - Feminino: Troféus do 1º ao 5º Lugar;
 - Categoria Geral - PCD - Masculino: Troféus do 1º ao 5º Lugar;
 - Categoria por idades - Feminino:
 - Até 35 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar;

- De 36 a 45 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar;
- De 46 a 55 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar;
- Maior de 56 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar;
- Categoria por idades - Masculino:
 - Até 35 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar;
 - De 36 a 45 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar;
 - De 46 a 55 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar;
 - Maior de 56 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar.

• **Para o percurso de 10 KM:**

- Categoria Magistrado(a), Servidor(a) e Estagiário(a) - Feminino: Troféus do 1º ao 5º Lugar;
- Categoria Magistrado(a), Servidor(a) e Estagiário(a) - Masculino: Troféus do 1º ao 5º Lugar;
- Categoria Geral - Feminino: Troféus do 1º ao 5º Lugar;
- Categoria Geral - Masculino: Troféus do 1º ao 5º Lugar;
- Categoria Geral - PCD - Feminino: Troféus do 1º ao 5º Lugar;
- Categoria Geral - PCD - Masculino: Troféus do 1º ao 5º Lugar;
- Categoria por idades - Feminino:
 - Até 35 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar;
 - De 36 a 45 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar;
 - De 46 a 55 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar;
 - Maior de 56 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar;
- Categoria por idades - Masculino:
 - Até 35 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar;
 - De 36 a 45 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar;
 - De 46 a 55 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar;
 - Maior de 56 anos: Troféus do 1º ao 3º Lugar.

- **Os troféus nas categorias por idades serão distribuídos prioritariamente para o público interno do Tribunal, contudo, caso não haja participantes nas referidas categorias, estes poderão ser remanejados para o público geral.**
- **Medalhas de participação para todos os atletas que completarem a prova.**

ANEXO IV DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

DATA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
A ser definida nas reuniões previstas no Item 12 deste Termo de Referência	INSCRIÇÕES: Atividades Gerais: Organização, planejamento e assessoramento das inscrições. Atividades Específicas: <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de meio eletrônico para realização das inscrições pelos atletas, onde seja respeitado o quantitativo máximo de inscritos para cada público, conforme ANEXO I deste Termo de Referência; • Caso, após o término do período de inscrições, sobrarem vagas sem serem preenchidas, estas deverão ser disponibilizadas para os demais públicos; • Enviar confirmação de inscrição aos atletas, via digital, por e-mail ou SMS; e • Homologação das inscrições para PCD: Para efetuar a inscrição como PCD será obrigatório o envio de um e-mail à Contratada, acompanhado de laudo ou documento comprobatório desta condição. A Contratada encaminhará os documentos para análise pela Junta Médica do Tribunal. Após o recebimento, análise e aprovação dos documentos, a Contratada enviará por e-mail um comprovante para que o atleta possa finalizar sua inscrição.
	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS DOAÇÕES: Atividades Gerais:

<p>Após a finalização das inscrições</p>	<p>Aquisição e distribuição das doações que serão realizadas com o valor arrecadado da taxa de inscrição.</p> <p>Atividades Específicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adquirir os materiais a serem doados para instituições, com os respectivos quantitativos definidos pela equipe gestora do Contrato; • Armazenamento adequado dos itens adquiridos até a entrega para as instituições; • Distribuição dos materiais no prazo de até 15 (quinze) dias contado a partir do aceite da gestão do Contrato; e • Encaminhar ao Tribunal comprovante de entrega das arrecadações por Instituição beneficiada, com os respectivos quantitativos.
<p>Até 5 (cinco) dias antes da corrida</p>	<p>ENTREGA DOS KIT'S ATLETAS:</p> <p>Atividades Gerais: Entrega dos kit's para os atletas.</p> <p>Atividades Específicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O kit Atleta deverá possuir, no mínimo, os itens especificados no ANEXO II, Item 2, deste Termo de Referência; • Será de responsabilidade da Contratada a montagem e distribuição dos kits atletas; • O local de entrega dos kits bem como a disponibilização de equipe de apoio é de responsabilidade da Contratada. Porém, com pedido prévio e devidamente autorizado pela Administração Superior, a entrega poderá ocorrer em um dos prédios do Tribunal, a ser definido, na cidade de Porto Velho/RO; e • O kit Atleta deverá ser entregue diretamente ao atleta inscrito, ou a outra pessoa devidamente autorizada por ele, mediante apresentação de documento de identificação, sendo seus itens e quantidades devidamente especificadas no regulamento do evento.
<p>21/06/2026 ou 28/06/2026 ou outra data a critério do Tribunal, com</p>	<p>3ª CORRIDA E CAMINHADA DE RUA DO JUDICIÁRIO</p> <p>Atividades Gerais: Organização, planejamento, execução e assessoramento das atividades, inscrição, levantamento, definição do percurso, autorizações para fechamento das vias, montagem e desmontagem da estrutura do evento, entrega da premiação e outras atividades necessárias para execução do evento. A Contratada deverá apresentar conhecimento da região, peculiaridades geográficas e climáticas.</p> <p>Atividades Específicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estruturar o evento em até 48 (quarenta e oito) horas do dia da execução; • Definir, juntamente com a comissão organizadora do Tribunal, o itinerário da prova, sendo a largada e a chegada na entrada do Ed. Sede (Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO); • Solicitação e apresentação da permissão da atividade junto aos órgãos públicos, se for o caso; • Emissão e pagamento, se cabível, de taxas administrativas da Prefeitura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Federação de Atletismo, e demais licenças necessárias à realização do evento; • Estudo da área, logística e segurança para realização do evento; • A Contratada deverá disponibilizar, durante todo o período do evento, 2 (duas) unidades de suporte avançado (ambulância - Tipo D) com equipe mínima, para cada ambulância, de: <ul style="list-style-type: none"> a) 1 (um) médico(a); b) 1 (um) enfermeiro(a); e c) 1 (um) motorista de ambulância. • Contratação de seguro individual por participante com cobertura mínima de: <ul style="list-style-type: none"> a) indenização ao segurado em caso de invalidez permanente, total ou parcial; b) reembolso de despesas médicas, hospitalares, farmacêuticas e odontológicas; c) assistência funeral e traslado; e d) indenização aos beneficiários dos segurados em caso de morte por acidente.

largada prevista para às 06:00h.

- Providenciar pontos de hidratação, em número suficiente, no percurso da prova;
- Providenciar o abastecimento de caixas térmicas com os copos de água (ou garrafas), gelo, mesas e pessoal para distribuição das águas e coleta dos copos dispensados pelos atletas;
- Instrução, de preferência por um Profissional de Educação Física, para realizar orientação de aquecimento/alongamento coletivo antes da largada da prova.
- Fornecer listagem com o resultado final geral e por categoria em **até 30 (trinta) minutos** após a conclusão da prova;
- Entregar as premiações (troféus) aos atletas, conforme descrito no **ANEXO III** deste Termo de Referência, logo após a finalização da corrida;
- Providenciar a entrega das medalhas e das frutas para todos os atletas que finalizarem a prova;
- Retirar da via pública o pódio de premiação, pórtico de chegada, os cones e as placas de sinalização, bem como demais materiais e/ou equipamentos utilizados logo após a realização do evento, liberando as vias públicas utilizadas.
- Recolher, ao longo do percurso de prova, os copos (ou garrafas) de água que foram utilizados pelos corredores; também realizar a retirada das lixeiras;
- Deverá ser feita a pesagem e registro do volume dos resíduos gerados, para envio dos dados ao Tribunal;
- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, solucionando de imediato todas as ocorrências relacionadas ao objeto;
- Comunicar ao Tribunal, por escrito, quaisquer anormalidades ocorridas durante a execução do objeto e prestar os esclarecimentos solicitados;
- Cumprir os prazos previamente estabelecidos pelo Tribunal para a execução, reparo, correção, remoção, substituição ou ressarcimento de bens e/ou serviços do objeto;
- Entregar relatório da realização da corrida no prazo de **até 2 (dois) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após a data de sua realização.

Observação: Todas as atividades deverão ser previamente repassadas ao Tribunal, podendo este fazer ajustes conforme lhe aprouver.

Elaboração:

Rosana Ramalho Feitosa

Diretora da DISAU

Caroline Ramos das Graças da Silva

Técnica Judiciária

Iuna Pereira Sapia

Analista Judiciária - Psicóloga

Raisa Mendonça Colares

Técnica Judiciária

Vanessa de Oliveira

Técnica Judiciária

André Felipe do Nascimento Ferreira

Técnico Judiciário



Documento assinado eletronicamente por **ROSANA RAMALHO FEITOSA, Diretor (a) de Divisão**, em 15/04/2026, às 11:46 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5421391** e o código CRC **62CC76B4**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua José Camacho, n.º 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA E _____.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.293.700/0001-72, sediado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato pela Juíza Secretária-Geral **KARINA MIGUEL SOBRAL**, com recursos da Unidade Orçamentária n. 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU (CNPJ n. 10.466.386/0001-85), e, por outro lado, a empresa _____, CNPJ n. _____, situada na _____, n. _____, Bairro _____, Cidade _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada neste ato por _____, celebram o presente Contrato na melhor forma de direito, em conformidade com a Lei Federal n. 14.133/2021, com a Lei Complementar n. 123/2006, e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, decorrente de procedimento licitatório conforme o Edital de Pregão Eletrônico n. **028/2026**, tipo menor preço, doravante denominado simplesmente EDITAL, autorizado pelo **Processo Administrativo n. 0007335-69.2025.8.22.8000**, o fazendo mediante as Cláusulas e condições a seguir:

DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA

- 1.1.** Prestação de serviços de planejamento, assessoramento e execução da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário, conforme as disposições do Edital e de seus Anexos.
- 1.2.** Integram este Contrato o EDITAL e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA e a Nota de Empenho _____, constantes no referido Processo Administrativo.

DA EXECUÇÃO - CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Da reunião inicial

2.1.1. No prazo de **até 2 (dois) dias úteis**, contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura deste Contrato pelas partes, a CONTRATADA participará de reunião de alinhamento inicial, a ser marcada pela Divisão de Saúde - DISAU, com o(a) Gestor(a) deste Contrato tendo por objetivo a apresentação da estratégia, processo, metodologia e plano de trabalho em atenção às necessidades do CONTRATANTE no que diz respeito à execução do objeto deste Contrato.

2.1.2. No mês antecedente ao evento será necessário o comparecimento da CONTRATADA 1 (uma) vez por semana à DISAU para ajustamento dos serviços. Para a reunião de alinhamento inicial e as reuniões semanais de ajustamento dos serviços, as despesas relativas ao deslocamento e hospedagem, decorrentes da execução deste Contrato, ficarão a cargo da CONTRATADA.

2.1.2.1. Se for constatada a necessidade de reunião adicional, esta será agendada, com o devido registro em Ata.

2.1.3. A reunião será realizada na DISAU, no prédio da Secretaria de Gestão de Pessoas, localizado na Av. Lauro Sodré, n. 1728, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP: 76803-686, telefones (69) 3309-3319 / 3309-3316.

2.1.4. No prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contado a partir do primeiro dia útil após a data da reunião de alinhamento prevista no subitem **2.1.1** deste Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar:

- a) o cronograma de ação das atividades;
- b) sugestões dos percursos que os participantes irão percorrer;
- c) plano de logística e segurança;
- d) regulamento do evento e modelo de ficha e/ou site eletrônico de inscrição; e

e) lista prévia dos profissionais que atuarão em cada uma das atividades, que poderá ser atualizada ou ratificada em **até 5 (cinco) dias** antes do evento.

2.2. Dos serviços a serem prestados

2.2.1. Realização, homologação e recebimento das taxas das inscrições:

a) disponibilização de sistema para realização das inscrições pelos atletas, mediante o pagamento de taxa cujo valor será definido no regulamento do evento, conforme alínea "d" do subitem **2.1.4** deste Contrato;

b) homologação das inscrições mediante conferência dos dados dos atletas, principalmente quanto aos atletas inscritos na categoria Público Interno e Pessoa com Deficiência (PCD); e

c) aquisição e distribuição dos donativos às unidades designadas pela equipe organizadora em **até 15 (quinze) dias** contados a partir do aceite da gestão contratual, com comprovação de entrega a ser encaminhada à DISAU.

2.2.2. Aquisição e distribuição dos materiais a serem doados:

a) do valor total arrecadado na fase das inscrições, a CONTRATADA deverá designar, aproximadamente, 50% (cinquenta por cento) do montante arrecadado para a compra de fraldas descartáveis infantis e outros 50% (cinquenta por cento) para fraldas descartáveis geriátricas.

b) do percentual designado de fraldas descartáveis para cada categoria, deverá ser observada, no ato da compra, uma proporção aproximada entre os tamanhos P, M, G e GG tanto para as fraldas infantis quanto para as geriátricas;

c) a CONTRATADA, na aquisição das fraldas, deverá garantir, no mínimo, tais características e padrões de qualidade: boa capacidade de absorção e retenção de líquidos, hipoalergênica e anatomicamente ajustável. Os critérios de qualidade são observados nas seguintes marcas de referência, como exemplo: MamyPoko, Huggies Supreme Care, Huggies Tripla Proteção e Turma da Mônica Baby, para fraldas infantis; e Lifree Super Conforto, Tena Dermacare Slip, Bigfral Derma Plus e Comfort Master, para fraldas geriátricas;

d) no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** contado a partir do término das inscrições, a CONTRATADA deverá apresentar **3 (três) orçamentos** para que o CONTRATANTE realize uma análise qualitativa e de melhor custo-benefício;

e) o prazo para a entrega das fraldas a serem doadas é de **até 15 (quinze) dias** contado a partir do aceite da gestão deste Contrato. As fraldas deverão ser entregues, preferencialmente, organizado por categorias (adulto e infantil) e por tamanhos para facilitar na distribuição para a(s) instituição(ões) designada(s) pelo CONTRATANTE; e

f) entrega das fraldas para a(s) instituição(ões) designada(s) pelo CONTRATANTE, mediante recibo.

2.2.3. Entrega dos kits para os atletas:

a) organização do local onde os kits serão entregues;

b) conferência e montagem dos kits atletas; e

c) recepção dos participantes e entrega de um kit atleta para cada um dos que estiverem devidamente inscritos.

2.2.4. Dia da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário:

a) recepção dos participantes, instrução das atividades que serão desenvolvidas, acompanhamento em todas as atividades;

b) carga horária total: aproximadamente **6 (seis) horas**;

c) local: por tratar-se de corrida e caminhada de rua, a CONTRATADA se responsabilizará em definir, juntamente com o CONTRATANTE, os percursos das referidas atividades. A CONTRATADA também se responsabilizará por todas as taxas administrativas da Prefeitura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Federação de Atletismo, e demais licenças necessárias à realização do evento e providências para interdição das ruas que contemplarão os trajetos junto aos órgãos de segurança pública;

d) data e horário: A atividade ocorrerá no **dia 21 de junho** ou **28 de junho** e a largada ocorrerá às **06:00h**, porém fica a critério do CONTRATANTE o agendamento de outra data e horário, se necessário;

e) a CONTRATADA deverá designar equipe de apoio suficiente, distribuída ao longo do percurso, para garantir o fechamento, a segurança e a organização das ruas durante todo o trajeto do evento; e

f) metodologia da execução deste dia de atividades variadas e materiais necessários estão previstos nos **ANEXOS III e IV** do Termo de Referência n. 1/2026.

2.2.5. A CONTRATADA, para o dia do evento, deverá alocar profissionais com as seguintes qualificações:

a) **coordenador(a) técnico(a):** 01 (um) profissional bacharel em Educação Física com devido registro no Conselho Regional de Educação Física - CREF, responsável pela supervisão da equipe

técnica presente no evento devendo repassar informações do andamento das atividades para o(a) Gestor(a) deste Contrato. O CONTRATANTE poderá solicitar apresentação de *Curriculum vitae* do(a) profissional que atuará como coordenador(a) técnico(a) constando tempo de experiência no referido serviço comprovando este através de fotos, documentos e/ou registros em que conste o número de participantes nos eventos promovidos. O(A) coordenador(a) técnico(a) poderá atuar também como instrutor(a);

b) bombeiro(a) civil: 4 (quatro) profissionais capacitados para emergências, cuja função está orientada a salvar as pessoas, seus bens e entorno dos mesmos;

c) médico(a): 02 (dois) profissionais bacharéis em Medicina com os devidos registros no Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia - CREMERO, para atendimento de situações clínicas e traumáticas que configurem urgência ou emergência e que comporá a equipe da unidade de suporte avançado (USA - ambulância tipo D - suporte avançado de vida);

d) enfermeiro(a): 02 (dois) profissionais bacharéis em Enfermagem com os devidos registros no Conselho Regional de Enfermagem - COREN-RO, para atendimento de situações clínicas e traumáticas que configurem urgência ou emergência e que comporá a equipe da unidade de suporte avançado (USA - ambulância tipo D - suporte avançado de vida); e

e) motorista de ambulância: 02 (dois) profissionais motoristas de ambulância com Carteira Nacional de Habilitação - CNH, correspondente para conduzir a Unidade de Suporte Avançado.

2.2.5.1. Os profissionais que vierem a substituir os membros da equipe, conforme disposto no **subitem 2.2.5** deste Contrato, deverão manter as mesmas qualificações dos membros substituídos.

2.2.6. A CONTRATADA ficará responsável pela confecção das camisetas, números de peito, sacochilas, viseiras, troféus e medalhas, conforme **ANEXOS II, III e IV** do Termo de Referência n. 1/2026.

2.2.7. A CONTRATADA deverá manter a realização dos serviços sem interrupção.

2.2.8. Dos insumos

2.2.8.1. A CONTRATADA será responsável pela aquisição e entrega de materiais destinados à distribuição aos participantes inscritos no evento, bem como, a disponibilização de todos os materiais, pessoal e equipamentos necessários à realização dos eventos, e demais custos incidentes, conforme as especificações e quantidades estimadas nos **ANEXOS** do Termo de Referência n. 1/2026.

2.2.8.2. A guarda e as manutenções dos materiais e/ou equipamentos são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não podendo ser motivo de óbice para a não execução dos serviços.

2.2.8.3. A CONTRATADA deverá observar o modo de montagem destes materiais e equipamentos e quando inservíveis, observar a sua composição e orientações das fabricantes quanto ao correto descarte e providenciar a imediata substituição.

2.2.8.4. A CONTRATADA ficará responsável pela confecção das camisetas, números de peito, sacochilas, viseiras, troféus e medalhas, conforme **ANEXOS** do Termo de Referência n. 1/2026.

2.2.9. Os serviços pré e pós evento serão realizados em locais a serem definidos previamente pela CONTRATADA em conjunto com o CONTRATANTE, com a observância dos requisitos mínimos exigidos pelo CONTRATANTE descritos nos **ANEXOS** do Termo de Referência n. 1/2026.

DO REGIME DE EXECUÇÃO - CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. O objeto deste Contrato será realizado por execução indireta, sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

DA VIGÊNCIA - CLÁUSULA QUARTA

4.1. A vigência deste Contrato será de **1 (um) ano** contado da data de sua última assinatura pelas partes.

DO VALOR E DO REAJUSTE - CLÁUSULA QUINTA

5.1. O valor total deste Contrato é de **R\$ _____ (_____)**.

5.2. A periodicidade para eventual reajuste de preços deste Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

5.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** contado a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CLÁUSULA SEXTA

6.1. A despesa decorrente deste Contrato será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia: Unidade Orçamentária: 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU; Funcional Programática: 02.122.1012.1484 - Promover ações de saúde para Magistrados(as), Servidores(as) e Estagiários(as) do PJRO; Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Subitem: 92 - Outras serviços de terceiros - PJ.

DO FATURAMENTO - CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

7.1.1. Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a CONTRATADA deverá consignar, no campo de informações gerais da fatura/nota fiscal, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490/2014.

DO PAGAMENTO - CLÁUSULA OITAVA

8.1. O pagamento será efetuado **em 9 (nove) dias úteis**, caso o **valor total deste Contrato** seja igual ou inferior àquele constante no art. 75, inciso II, atualizado conforme disposição contida no art. 182 da Lei n. 14.133/2021, e, acima deste valor, **em 30 (trinta) dias corridos** contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, conforme Cláusula Sétima deste Contrato, desde que o objeto deste Contrato tenha sido executado.

8.1.1. Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o CONTRATANTE. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

8.2. O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela CONTRATADA em sua proposta.

8.3. Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

8.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
-------------	-------------------	------------------

Onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - CLÁUSULA NONA

9.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Contrato.

9.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir com o objeto deste Contrato.

9.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

9.4. Encaminhar as logos institucionais para a CONTRATADA fazer inserção em todos os materiais publicitários do evento.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. Executar o objeto deste Contrato, nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

10.2. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

10.3. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

10.4. Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Contrato de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.

10.5. Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

10.6. Prestar todas as informações sobre a execução do serviço sempre que solicitadas pela Gestor(a) ou Fiscais deste Contrato para acompanhamento e apreciação dos serviços.

10.7. Executar os serviços objeto deste Contrato com presteza, assiduidade, pontualidade e boa educação com os participantes.

10.8. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus profissionais nesse sentido.

10.9. Fornecer a seus empregados, todos os equipamentos de proteção individual - EPI's necessários à execução dos serviços.

10.10. Executar perfeitamente os serviços contratados, por meio de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, mantendo seus empregados devidamente uniformizados e com crachás de identificação da CONTRATADA durante a execução dos serviços e observando para o cumprimento dos prazos ajustados, bem como dos horários estabelecidos para execução dos serviços.

10.11. Garantir a qualidade dos serviços prestados, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução contratual.

10.12. Comprovar, em **até 2 (dois) dias úteis** antes do evento, a contratação do seguro individual por participante com cobertura mínima de:

a) indenização ao segurado em caso de invalidez permanente, parcial ou total;

b) reembolso de despesas médicas, hospitalares, farmacêuticas e odontológicas;

c) assistência funeral e traslado; e

d) indenização aos beneficiários dos segurados em caso de morte por acidente.

10.13. Comprovar, em **até 2 (dois) dias úteis** antes do evento, a contratação da Unidade de Suporte Avançado (ambulância - Tipo D), com os profissionais descritos no **ANEXO II** do Termo de Referência n. 1/2026. No dia do evento, a ambulância deverá estar presente **30 (trinta) minutos** antes da largada e permanecer por no mínimo, **15 (quinze) minutos** após a conclusão das atividades da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário.

10.14. Definir, juntamente com a comissão organizadora do CONTRATANTE, o itinerário das provas, sendo a largada e a chegada, preferencialmente, na entrada do Edifício-Sede do CONTRATANTE (Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO).

10.15. Gerenciar, via internet, a efetivação das inscrições, respeitando as quantidades de inscritos para cada categoria estabelecidas pelo CONTRATANTE, considerando o quantitativo máximo de participantes do **ANEXO I** do Termo de Referência n. 1/2026 (se não for preenchido o quantitativo previamente definido, o CONTRATANTE poderá disponibilizar essas vagas remanescentes para outros grupos).

10.16. Adquirir os materiais a serem doados para as instituições, com os respectivos quantitativos definidos pela equipe gestora deste Contrato. A CONTRATADA deverá apresentar no mínimo **3 (três) orçamentos** dos itens para ser escolhido o que apresentar melhor custo-benefício.

10.17. Entregar os itens adquiridos para a(s) instituição(ões) designada(s) pelo CONTRATANTE, mediante recibo.

10.18. A criação e a aplicação dos *layouts* nas peças, bem como a produção destas, ficará sob a responsabilidade da CONTRATADA e deverão ser previamente aprovados pela comissão organizadora.

10.19. Estruturar o evento em **até 48 (quarenta e oito) horas** do dia da execução.

10.20. Providenciar o abastecimento de caixas térmicas com os copos de água (ou garrafas), as bebidas isotônicas (pós prova), gelo, mesas e pessoal para distribuição das bebidas e coleta dos copos dispensados pelos atletas.

10.21. Fornecer listagem com o resultado final geral por categoria em **até 30 (trinta) minutos** após a conclusão da prova.

10.22. Entregar as premiações (troféus) aos atletas logo após a finalização da 3ª Corrida e Caminhada de Rua do Judiciário.

10.23. Providenciar a entrega das medalhas, das bebidas isotônicas e das frutas para todos os atletas que finalizarem a prova.

10.24. Retirar da via pública o pódio de premiação, pórtico de chegada, os cones e as placas de sinalização, bem como demais materiais e/ou equipamentos utilizados logo após a realização do evento, liberando as vias públicas utilizadas.

10.25. Recolher, ao longo do percurso de prova, os copos (ou garrafas) que foram utilizados pelos corredores.

10.26. Realizar a retirada das lixeiras de coleta seletiva e a limpeza do local da concentração.

10.27. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, solucionando de imediato todas as ocorrências relacionadas ao objeto.

10.28. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quaisquer anormalidades ocorridas durante a execução do objeto e prestar os esclarecimentos solicitados.

10.29. Cumprir os prazos previamente estabelecidos pelo CONTRATANTE para a execução, reparo, correção, remoção, substituição ou ressarcimento de bens e/ou serviços do objeto.

10.30. Dispor de equipe de pessoal suficiente para realizar todas as atividades inerentes ao evento, incluindo as atividades de apoio, tais como distribuição das águas, entrega dos kits, conferência na linha de chegada, recolhimento dos resíduos, entre outros.

10.31. Entregar relatório da realização do evento no prazo de **até 2 (dois) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após a data de sua realização.

10.32. Abster-se, durante a vigência deste Contrato, de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão deste Contrato.

10.33. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

DA SUBCONTRATAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. A CONTRATADA está obrigada a executar diretamente o objeto deste Contrato, vedada a subcontratação parcial ou total, salvo nos casos em que se exigir comprovada especialização, desde que haja a prévia aprovação do CONTRATANTE.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024 do CONTRATANTE, este Contrato será acompanhado e fiscalizado pelos(as) seguintes servidores(as):

a) Gestor(a): Rosana Ramalho Feitosa, e-mail: rosanafeitosa@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6418;

b) Gestor(a) Substituto(a): Alex Castiel Barbosa, e-mail: alexcastiel@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6419;

c) Fiscal Administrativo(a): Raisal Mendonça Colares, e-mail: raisacolares@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6413;

d) Fiscal Administrativo(a) Substituto(a): Luís Paulo Júnior Oliveira Schneider, e-mail: luisschneider@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6420;

e) Fiscal Técnico(a): Iuna Pereira Sapia, e-mail: iuna@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6420; e

f) Fiscal Técnico(a) Substituto(a): Vanessa de Oliveira, e-mail: vanessadeoliveira@tjro.jus.br, telefone: (69) 3309-6413.

12.2. O(A) Gestor(a), o(a) Fiscal Administrativo(a) e o(a) Fiscal Técnico(a) deste Contrato e seus(uas) substitutos(as) poderão ser localizados(as) na Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP/TJRO, situada na Av. Lauro Sodré, n. 1728, Bairro São João Bosco, Porto Velho/RO, CEP: 76803-686.

12.3. As atribuições e competências de gestores e fiscais encontram-se na Instrução n. 146/2024 do CONTRATANTE.

DAS PENALIDADES - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1. Sem prejuízo das penalidades editalícias, contratuais e das demais cominações legais, poderá ser aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo de **até 3 (três) anos**, observadas as disposições do art. 156 da Lei n. 14.133/2021, se a CONTRATADA:

a) dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total deste Contrato; e

c) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato sem motivo justificado.

13.2. O atraso injustificado **na execução dos serviços**, conforme disposição contida no subitem **2.2** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total deste Contrato, por ocorrência. A tolerância será de até 1 (uma) hora, considerando o horário marcado para início das atividades. Ultrapassando esse limite poderá cumprir-se o disposto no subitem **13.7** deste Contrato.

13.3. O atraso injustificado em cumprir as exigências contidas no subitem **2.1.4** deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total deste Contrato, até o 10º (décimo) dia corrido contado a partir do primeiro dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia corrido poderá cumprir-se o disposto no subitem **13.7** deste Contrato.

13.4. A CONTRATADA, quando não puder cumprir o(s) prazo(s) estipulado(s) para execução do objeto deste Contrato, deverá, **até o vencimento do(s) respectivo(s) prazo(s)**, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) deste Contrato (rosanafeitosa@tjro.jus.br), **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

13.5. Vencido o prazo estipulado, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA, comunicando-lhe a data e/ou hora limite para a execução. A partir da data e/ou hora limite considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem **13.8** deste Contrato.

13.6. A execução do objeto deste Contrato até a data e/ou hora limite de que trata o subitem anterior não isenta a CONTRATADA das respectivas multas previstas nos subitens **13.2** e/ou **13.3** deste Contrato.

13.7. Pelo descumprimento parcial do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total.

13.8. Pelo descumprimento total do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de 15% (quinze por cento) sobre o seu respectivo valor total.

13.9. As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

13.10. As multas devidas bem como os prejuízos causados ao CONTRATANTE não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

13.11. A CONTRATADA inadimplente que não tiver valores a receber do CONTRATANTE terá o prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

13.12. A aplicação de multas e/ou a extinção deste Contrato não impede que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

13.13. Cautelarmente, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.1. Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou de caso fortuito, nos termos da legislação vigente, que obste o cumprimento dos prazos e demais obrigações estatuídas neste Contrato, ficará a CONTRATADA isenta das multas e penalidades pertinentes.

DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo VIII, Título III, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** deste Contrato:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE, se a CONTRATADA inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei;

b) poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE se durante a vigência deste Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão deste Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e

c) poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

15.2. Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal

motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

15.3. Em caso de surgimento de medidas sanitárias, assim declaradas pelas autoridades públicas, que impossibilitem a execução deste Contrato, este poderá ser extinto, com fulcro nos termos do art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem ônus para quaisquer das partes.

DA ALTERAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

DA SUSTENTABILIDADE - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nas especificações do objeto, tendo em vista que o CONTRATANTE possui atuação institucional de promover política de responsabilidade social e ambiental, observar-se-á, no que couber:

- a) dar preferência para materiais que apresentem menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; e maior vida útil e menor custo de manutenção;
- b) utilizar, preferencialmente, embalagens recicladas ou recicláveis;
- c) dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- d) proporcionar maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) atender as recomendações contidas nos seguintes normativos: Resolução n. 143/2020 - Institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia; Resolução n. 400/2021/CNJ - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e Ato n. 610/2024 - Regulamenta o Plano de Sustentabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (PS/TJRO), ciclo 2024-2026; e
- f) fornecer produtos cuja fabricante nacional ou importadora esteja regularmente inscrita no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (art. 17, inciso II, da Lei n. 6.938/1981), na qual a atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa n. 13/2021 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

17.2. Considerando a Resolução n. 143/2020-TJRO que institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, a CONTRATADA deverá dispor de lixeiras identificadas para separação dos resíduos recicláveis, não recicláveis e orgânicos. O Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Gestão Socioambiental - NAGES irá indicar os locais da destinação adequada dos resíduos recicláveis e orgânicos, ficando a CONTRATADA responsável pelo encaminhamento destes:

- a) considera-se resíduos recicláveis: folhas de papel, embalagens de papel, embalagens plásticas, embalagens metálicas, embalagens de vidro, entre outros;
- b) considera-se resíduos orgânicos: cascas de frutas, restos de verduras, restos de comida, grama cortada, filtro de café com borra, cascas de ovo, saquinhos de chá, entre outros; e
- c) considera-se resíduos não recicláveis: embalagem de marmitex suja de alimentos, fita adesiva, grampos, cliques, papel higiênico, fraldas, absorventes, entre outros.

DA PROTEÇÃO DE DADOS - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1. Em atendimento ao estabelecido na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e na Resolução n. 363/2021 do CNJ, e ainda, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, as partes se comprometem a cumprir todas as obrigações estipuladas na LGPD e demais legislações aplicáveis no que se refere às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Contrato, zelando pelos direitos e garantias fundamentais envolvidos, inclusive sobre a confidencialidade das informações.

DA PUBLICAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP em **até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de sua última assinatura pelas partes como condição de sua eficácia, nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

DOS CASOS OMISSOS - CLÁUSULA VIGÉSIMA

20.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes em comum acordo, por meio de termo aditivo, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078/1990 e nas normas e princípios gerais dos contratos.

DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA E DO FORO - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

21.1. Serão adotados métodos de resolução consensual das controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste Contrato, conforme Recomendação n. 140/2023 do CNJ.

21.2. As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Contrato, quando não solucionadas consensualmente, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE, para que produza os devidos efeitos legais.



Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **INGRID GRACE SILVESTRE ALENCAR ARAUJO, Assessor (a) Jurídico (a)**, em 16/04/2026, às 12:07 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **5594212** e o código CRC **68C16EF0**.